

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**

ELAINE MARIA LEMOS SANTOS

**PROPOSTAS CURRICULARES MUNICIPAIS E ESTADUAL:
Um estudo à luz dos PCN**

**São Cristóvão/ SE
2010**

ELAINE MARIA LEMOS SANTOS

**PROPOSTAS CURRICULARES MUNICIPAIS E ESTADUAL:
Um estudo à luz dos PCN**

Monografia apresentada para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe.

Orientador: Profº Drº Itamar Freitas de Oliveira.

São Cristóvão/ SE
2010

Elaine Maria Lemos Santos

**PROPOSTAS CURRICULARES MUNICIPAIS E ESTADUAL:
Um estudo à luz dos PCN**

Monografia apresentada como pré-requisito para a obtenção do título de licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Profº Drº Fábio Alves dos Santos - Universidade Federal de Sergipe

Profº Drº – Itamar Freitas de Oliveira - Universidade Federal de Sergipe

Profª Drª Josefa Eliana Souza - Universidade Federal de Sergipe

*A Deus,
minha família,
ao orientador
e às queridas amigas: Cristina,
Fernanda Gabriele , Jaqueline e
Tatiane.*

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço a Deus por me conceder o dom da vida e a graça de chegar a mais um de meus objetivos, a conclusão deste trabalho. A cada momento difícil, ele está sempre ao meu lado, ajudando e me fortalecendo. Assim, reconheço que se cheguei até aqui, foi por que ele permitiu.

À minha família, meus pais (Sônia e Elias) e meus irmãos (Eneas e Elisangela) pelo apoio.

Especialmente ao professor Itamar Freitas, um exemplo de dedicação e compreensão, pela paciência que teve comigo desde a escolha do tema (com minhas indecisões) até o término da monografia, meu “Muito obrigada!”.

A Tatiane Menezes, que contribuiu fazendo a revisão textual deste trabalho, ajustando algumas falhas existentes.

A todos os professores, com os quais tive a oportunidade de aprender, desde os da pré-escola até os da universidade, pois de alguma forma contribuíram, tanto em minhas reflexões quanto na lembrança de seus ensinamentos.

Às minhas queridas amigas, principalmente Tatiane, Cristina e Cícera, pelos incentivos e palavras de motivação, sempre dizendo: “Vai dar tudo certo!”, demonstrando carinho e amizade.

A todos, “Deus os Abençõe!”

Pegadas na Areia

Uma noite eu tive um sonho.

Sonhei que estava andando na praia com o Senhor e, através do céu, passavam-se cenas da minha vida.

Para cada cena que se passava, percebi que eram deixados dois pares de pegadas na areia; um era meu e o outro, do Senhor.

Quando a última cena da minha vida passou diante de nós, olhei para trás, para as pegadas na areia, e notei que muitas vezes, no caminho da minha vida, havia apenas um par de pegadas na areia.

Notei também que isso aconteceu nos momentos mais difíceis e angustiosos do meu viver. Isso entristeceu-me deveras, e perguntei, então, ao Senhor: "Senhor, Tu disseste-me que, uma vez que eu resolvera te seguir, tu andarias sempre comigo em todo o caminho, mais notei que, durante as maiores tribulações do meu viver, havia na areia dos caminhos da vida apenas um par de pegadas. Não compreendo porque, nas horas em que mais necessitava de ti, Tu me deixaste".

O Senhor respondeu-me:

"Meu precioso filho. Eu amo-te e jamais te deixaria nas horas da tua prova e do teu sofrimento: Quando viste na areia apenas um par de pegadas, foi exatamente aí que Eu te carreguei nos braços".

Margaret Fishback Powers

RESUMO

O presente trabalho trata das Propostas Curriculares para as séries iniciais do Ensino Fundamental de escolas públicas do Brasil das redes municipal e estaduais. Escolhemos dentro do tema dessa pesquisa a seguinte questão central: até que ponto as políticas públicas estaduais ou municipais se apropriam das políticas federais? Esse trabalho tem como objetivo geral investigar se e como as Propostas Curriculares das redes estaduais ou municipais do Brasil se apropriam dos PCN. Já os objetivos específicos são: conhecer as Propostas estaduais e municipais referentes ao ensino das séries iniciais do Ensino Fundamental, analisar as Propostas e relacioná-las aos PCN de Introdução da 1ª à 4ª série (atual 1º ao 5º ano) do Ensino Fundamental, e estabelecer relações entre as Propostas estaduais/municipais e os PCN. A escolha do tema é justificada por vários fatores. Inicialmente, por uma reflexão sobre o currículo escolar, ou seja, o que tem sido ensinado nas escolas públicas brasileiras às crianças das séries iniciais do Ensino Fundamental nas redes municipais e/ou estaduais. Utilizamos como metodologia, uma pesquisa do tipo descritiva, com dados qualitativos, utilizando como método o procedimento comparativo com análise de conteúdo. O estudo se materializou em cinco etapas, desenvolvidas da seguinte maneira: na primeira, fizemos um levantamento das propostas curriculares estaduais ou municipais, referente às séries iniciais do Ensino Fundamental, que representasse cada região do país (Sul, Sudeste, Norte, Nordeste e Centro-Oeste). Em seguida, realizamos a leitura e análise das propostas encontradas. A terceira etapa correspondeu à leitura dos PCN (Introdução vol.1) destinados aos anos iniciais do Ensino Fundamental, a fim de fazer relação das diretrizes contidas no PCN com as propostas estaduais ou municipais. Na quarta etapa, extraímos, tanto das propostas quanto dos parâmetros, uma arquitetura da informação, a qual consiste no detalhamento dos constituintes dos textos. Em seguida, confrontamos alguns pontos em comum nas propostas, como objetivos, conteúdos, avaliação e orientações didáticas. Utilizamos também a pesquisa bibliográfica, consultando obras de Elba Siqueira De Sá Barretto, Circe Maria Fernandes Bittencourt, Ivor F. Goodson, Antonio Flávio Barbosa Moreira, Tomaz Tadeu Da Silva, Nice Hornburg, Rubia Silva, os quais nos forneceram subsídios para as discussões teóricas acerca de nosso tema “Currículo escolar”. Assim, pudemos constatar que as Propostas Curriculares do 1º ao 5º ano, utilizadas durante o estudo (a de Boa Vista, a de Passo Fundo, a de Aracaju, a de Patos de Minas e a de Goiás), se apropriam dos PCN. Algumas de maneira bem visível, devido à quantidade de pontos em comum com a política federal, e outras, de maneira fragilizada e superficial. Todavia, nenhuma delas é totalmente igual ou totalmente diferente das ideias contidas nos PCN e a relação entre as Propostas Curriculares analisadas e os PCN não é de integral submissão. Pois, quando realizamos as comparações, percebemos que há a apropriação de ideias, mas não em quantidade suficientes de pontos em comum para que possa ser confirmada.

Palavras-chave: Currículo. Ensino. Escola. PCN. Proposta curricular.

SUMMARY

This work deals with the Proposal Curriculum for grades of elementary public school of Brazil municipal and state networks. Choose within the theme of this research the following central question: to what extent the State or municipal public policy grassroots federal policies? This work aims to investigate if and how the Proposed curricula for State or municipal networks of grassroots of PCN Brazil. The specific objectives are: know the State and municipal Proposals concerning teaching grades of elementary school, review them and relate them to PCN of introduction of 1st to 4th grade (current 1st to 5th year) of elementary school, and establish relationships between State/municipal proposals and PCN. The choice of theme is justified by several factors. Initially, for a reflection on the school curriculum, i.e. what has been taught in public schools to children of Brazilian grades of elementary school in municipal networks and/or State. We use as a methodology, a survey of type descriptive with qualitative data, using the procedure comparative method with content analysis. The study materialized in five steps, developed as follows: at first we did a survey of State or municipal curricular proposals concerning grades of elementary school, that represent each region of the country (North, South, Southeast, Northeast and Center-West). Then we perform reading and analysis of proposals found. The third step corresponded to the reading of PCN (Introduction vol. 1) for the initial years of elementary school, in order to respect the guidelines contained in the PCN with State or municipal proposals. In the fourth step, draw, both proposals as parameters, information architecture, which consists of the granularity of the constituents of texts. Then face some common points in proposals, such as objectives, content, teaching and assessment guidelines. We also use the bibliographic search, querying works of Elba Siqueira De Sá Barretto, Circe Maria Fernandes Bittencourt, Ivor f. Goodson, Antonio Flávio Barbosa Moreira, Tomaz Tadeu Da Silva, Nice Hornburg, Rubia Silva, which provided subsidies for the theoretical discussions about our theme "curriculum". Thus, we saw that the Curricular Proposals from 1st to 5th year, used during the study (Boa Vista, the Passo Fundo, Aracaju, from Patos de Minas and Goiás), grassroots of PCN. Some manner clearly visible due to the amount of points in common with the federal policy, and other so fragile and superficial. However, none of them is fully equal or totally different ideas contained in the PCN and the relationship between the Proposed Curricular analyzed and PCN is not integral submission. Therefore, when we perform comparisons, we realized that there is ownership of ideas, but not in sufficient amount of points in common in order to be confirmed.

Keywords: Curriculum. Teaching. School. PCN. Proposal curriculum.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 CAPÍTULO I	15
1.1 Tendências Curriculares no Brasil	15
1.2 Detalhamento das Propostas Curriculares	17
2 CAPÍTULO II	22
2.1 Comparação - propostas curriculares x PCN.....	22
2.2 Comparação - propostas curriculares x PCN: objetivos, conteúdos, avaliação e orientações didáticas	23
3 CONCLUSÕES	31
REFERÊNCIAS	33

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa está inserida na “História do Currículo no Brasil”. Devido à extensão desse campo, estreitamos o foco de nosso trabalho para investigar o currículo das séries iniciais do Ensino Fundamental, mais diretamente as Propostas Curriculares do 1º ao 5º ano das escolas públicas brasileiras, seja da rede municipal e estadual de ensino.

Qual a relação existente entre as políticas estaduais e federais? Há, entre elas, uma subordinação, colaboração/troca ou complementaridade? Para responder a essas perguntas e várias que surgiram, escolhemos no tema dessa pesquisa a seguinte questão central: até que ponto as políticas públicas estaduais ou municipais se apropriam das políticas federais?

Esse trabalho tem como objetivo geral investigar se e como as Propostas Curriculares das redes estaduais ou municipais do Brasil se apropriam dos PCN. Já os objetivos específicos são: conhecer as Propostas estaduais e municipais referentes ao ensino das séries iniciais do Ensino Fundamental, analisar as Propostas e relacioná-las aos PCN de Introdução da 1ª à 4ª série (atual 1º ao 5º ano) do Ensino Fundamental, e estabelecer relações entre as Propostas estaduais/municipais e os PCN.

Nesse sentido, vale ressaltar que os estados e municípios brasileiros são responsáveis em elaborar suas Propostas Curriculares, para todas as modalidades e níveis de ensino oferecidos por eles. Todavia, existem orientações que podem ser seguidas, essas estão explícitas nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

A escolha do tema é justificada por vários fatores. Inicialmente, por uma reflexão sobre o currículo escolar, ou seja, o que tem sido ensinado nas séries iniciais do Ensino Fundamental das escolas públicas brasileiras, nas redes municipais e/ou estaduais. Outro fator foi justamente por que esse tema já tem sido discutido no grupo de pesquisa sobre Ensino de História, coordenado pelo professor orientador deste trabalho, no qual também são tratados temas relacionados ao currículo escolar. Nesse texto, não especificamos uma disciplina isolada por acreditar que todas as disciplinas são importantes e necessárias para o aprendizado das crianças. Isso por que há entre elas um encadeamento, uma dá subsídios para entendermos a outra. Dessa maneira, quando estudamos nos currículos a parte que orienta todo o ensino, temos a informação do que é trabalhado em cada disciplina. No entanto, a maior motivação para esta pesquisa vem da constatação dos membros do nosso grupo de pesquisa (ainda que impressionista) de que entre os professores do ensino fundamental de Sergipe vigora certo desconhecimento e até desconfiança em relação à Proposta Curricular de Aracaju. Essa falta

de informação os leva a imaginar os PCN como ordenadores e até determinantes das políticas curriculares para os anos iniciais em Sergipe e nos demais estados brasileiros.

No Brasil, alguns autores têm escrito acerca do currículo escolar, os quais contribuíram como base teórica deste estudo. Em 1998, a autora Elba Siqueira de Sá Barretto publicou um artigo que trata do currículo e do Ensino Fundamental no Brasil. Nesse texto, ela ressalta algumas mudanças nas orientações curriculares do país, destacando a que ocorreu em 1961, com a primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB), quando o currículo passa a apresentar uma parte obrigatória e outra comum. Barretto também discute sobre a elaboração dos PCN, os quais foram organizados, segundo a autora, para atender as exigências do desenvolvimento social da época, visando “novas demandas de qualidade”. Isso pode ser confirmado através da leitura do documento.

Circe Maria Fernandes Bittencourt, no mesmo ano e obra da autora citada acima, escreve sobre as Propostas Curriculares de História, tratando, assim, das transformações no ensino dessa disciplina no Brasil. Ela comenta sobre uma pesquisa que realizou acerca das Propostas Curriculares de História de vinte e um estados brasileiros. A análise de alguns aspectos permitiu à autora perceber que as Propostas analisadas são todas formais, porém, apresentam diferenças entre si, apesar de umas terem subsidiado a elaboração das outras, como por exemplo, a Proposta de Santa Catarina que teve como referencial a Proposta Curricular de Minas Gerais. O estudo de Bittencourt se aproxima desse no sentido de que ela também realizou sua pesquisa com Propostas Curriculares de vários lugares do país, mas se distancia por ter focado a disciplina de História e por possuir objetivos diferenciados dessa.

Em 2004, Bittencourt publica um livro, no qual ela discute sobre a História nas Propostas Curriculares. A autora não deixa despercebido que o objetivo principal do ensino de História refere-se justamente à contribuição para a formação de identidade do aluno. Assim, vale ressaltar o exposto acerca dos conteúdos e características das Propostas, as quais serão mencionadas no decorrer desta pesquisa.

Utilizamos como metodologia para alcançarmos os objetivos propostos (já mencionados), uma pesquisa do tipo descritiva, com dados qualitativos, empregando como método o procedimento comparativo com análise de conteúdo. Foram utilizadas como fontes documentais os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) Vol. 1, da 1ª a 4ª série (atual 1º ao 5º ano), e cinco Propostas Curriculares correspondente ao ensino de crianças do 1º ao 5º ano. O critério de escolha foi que cada Proposta pertencesse a uma região do país, para termos uma visão geral dos currículos no Brasil.

O estudo se materializou em cinco etapas, desenvolvidas da seguinte maneira: na primeira, fizemos um levantamento das Propostas Curriculares estaduais ou municipais, referente às séries iniciais do Ensino Fundamental, que representasse cada região do país (Sul, Sudeste, Norte, Nordeste e Centro-Oeste). Em seguida, realizamos a leitura e análise das Propostas encontradas. A terceira etapa correspondeu à leitura dos PCN (Introdução vol.1) destinados aos anos iniciais do Ensino Fundamental, a fim de fazer relação das diretrizes contidas no PCN com as Propostas estaduais ou municipais. Na quarta etapa, extraímos, tanto das Propostas quanto dos Parâmetros, a arquitetura da informação, a qual consiste no detalhamento dos constituintes dos documentos curriculares. Em seguida, confrontamos alguns pontos em comum nas Propostas, como objetivos, conteúdos, avaliação e orientações didáticas. Assim, pudemos observar se as Propostas Curriculares analisadas se aproximam ou não dos PCN. Utilizamos também a pesquisa bibliográfica, consultando obras de Elba Siqueira de Sá Barretto, Circe Maria Fernandes Bittencourt, Ivor F. Goodson, Antonio Flávio Barbosa Moreira, Tomaz Tadeu da Silva, Nice Hornburg, Rubia Silva, os quais nos forneceram subsídios para as discussões teóricas acerca de nosso tema “Currículo escolar”.

Para que possamos discorrer sobre a História e as teorias relacionadas ao currículo, assim como alguns assuntos pertinentes ao contexto, é necessário que, inicialmente, conheçamos o significado da palavra currículo.

No que se refere à etimologia da palavra, segundo Ivor F. Goodson (1995, p. 31), “[...] a palavra currículo vem da palavra latina *scurrere*, correr, e refere-se a curso (ou carro de corrida)”. Já para Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (2001, p. 199), currículo se refere às “matérias constantes de um curso”. Dessa forma, vale ressaltar a existência de definições de currículo expressas por alguns autores e pesquisadores que o utilizam como objeto de estudo. Tal uso surgiu nos Estados Unidos, por volta dos anos vinte, baseado no conceito de Bobbit, “[...] o currículo é visto como um processo de racionalização de resultados educacionais cuidadosa e rigorosamente especificados e medidos” (SILVA, 2007, p. 12).

Dentre vários conceitos, podemos citar um utilizado por Albert Vitor Kelly em 1981,

o currículo é o oferecimento de conhecimento, habilidades e atitudes socialmente valorizados e postos à disposição dos estudantes, através de uma variedade de arranjos, durante o tempo em que eles estão na escola na faculdade ou na universidade (Universidade Aberta, curso E283, Unidade 1,2. 2 apud KELLY, p. 6).

Nesse sentido, o currículo é visto como algo que possui significado social e valoriza os conhecimentos privilegiados pela sociedade. Outra definição utilizada por Kelly é cedida por John Kerr (1968, p. 16 *apud* KEELLY, 1981, p. 6), que entende o currículo como “toda a aprendizagem planejada e guiada pela escola, seja ela ministrada em grupos ou individualmente, dentro ou fora da escola”. Nesse conceito, o sentido empregado para o currículo está relacionado às atividades planejadas pela escola, podendo ser, todavia, executadas dentro ou fora da instituição.

O conceito de currículo como uma especificação precisa de objetos, procedimentos e métodos para obtenção de resultados que podem ser medidos passou a ser aceito pela maioria das escolas, professores, estudantes e administradores escolares (HORNBERG; SILVA, 2007, p. 61).

Existem, portanto, autores que defendem o currículo como algo voltado às disciplinas ministradas pelas escolas e há aqueles que definem o currículo como algo relacionado às aprendizagens planejadas pela escola.

Segundo Tomaz Tadeu da Silva, quando pensamos em currículo, devemos nos basear em duas questões: “o que deve ser ensinado?” e “que sujeito deve ser construído?”. As autoras Nice Hornburg e Rubia da Silva acrescentam, além dessas duas, outra questão: “qual saber deve ser ensinado?”. Para as autoras, essas são as questões principais das teorias relacionadas ao currículo.

A teoria curricular e o estudo do currículo estão estreitamente interligados, uma vez que os estudos curriculares se alimentam de teoria, mas também - talvez o mais importante Segundo Freitas, quando pensamos em currículo por que os paradigmas teóricos orientam as tendências e aspirações do estudo sobre currículo (GOODSON, 1995, p. 47).

Dessa forma, podemos destacar algumas teorias curriculares, das quais citamos como exemplo as seguintes: as Teorias Tradicionais, as Teorias Críticas e as Teorias Pós-críticas. Cada uma dessas teorias destaca conceitos, os quais representam o que é enfatizado no currículo proposto em cada teoria. As Teorias Tradicionais pregam um currículo centrado no ensino, na aprendizagem, na avaliação, na metodologia, na didática, na organização, no planejamento, na eficiência e nos objetivos. As Teorias Críticas dão ênfase, em seu currículo,

à vida cotidiana do aluno, pois é mais centrado no próprio educando, incluindo a conscientização, a emancipação, o currículo, a liberdade e as exigências da vida em sociedade. E as teorias Pós-críticas enfatizam a identidade, a alteridade, a diferença, a subjetividade, o gênero, a etnia, a sexualidade e o multiculturalismo (SILVA, 2007).

É de grande importância estudar os currículos escolares, assim como cumprimos nesta pesquisa. A relevância em pesquisar sobre os currículos referentes ao ensino de crianças que estão cursando do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental em escolas públicas, se dá pelo fato de que ao elaborarem as Propostas Curriculares, os estados e municípios devem tomar como base as orientações dos PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais. No próprio documento consta que,

[...] o propósito do Ministério da Educação e do Desporto, ao consolidar os Parâmetros, é apontar metas de qualidade que ajudem o aluno a enfrentar o mundo atual como cidadão participativo, reflexivo e autônomo, conhecedor de seus direitos e deveres (BRASIL: Introdução, 1997, p. 4).

Nesse sentido, o ensino estará mais voltado para o aluno, seguindo as orientações contidas no documento elaborado pelo Ministério da Educação e do Desporto, com o propósito de servir como subsídio na elaboração das Propostas Curriculares dos estados e municípios.

Essa monografia tem sua estrutura organizada em dois capítulos. No primeiro, tem-se a descrição das Propostas, perpassando por um breve histórico das tendências curriculares vivenciadas pelo sistema educacional do Brasil, detendo-nos ao ensino de crianças, ou seja, dos alunos que cursam do 1º ao 5º ano (antiga 1ª a 4ª série) do Ensino Fundamental. Posteriormente, apresentamos o detalhamento de todas as Propostas Curriculares, com alguns pontos utilizados para explorar cada uma e, de forma dissertativa, mostramos o que foi encontrado nelas. No segundo capítulo, foi feita a comparação das Propostas analisadas com base nos pontos semelhantes e divergentes encontrados nelas, concernentes ao que também fora descrito e descoberto nos Parâmetros Curriculares Nacionais volume 1, parte introdutória relativa ao ensino do 1º ao 5º ano, foco de nossa pesquisa. Dessa forma, ressaltamos as aproximações e distanciamentos das Propostas aos documentos, ou seja, o que as Propostas Curriculares dos municípios e/ou estados (selecionados) têm em comum ou não aos PCN.

Por fim, apresentamos nossas conclusões acerca do que foi encontrado e constatado como resultado após toda a pesquisa sobre o currículo e as Propostas das cidades e estados das regiões brasileiras.

1- CAPÍTULO I

1.1- Tendências Curriculares no Brasil

Neste capítulo, oferecemos, inicialmente, um panorama da História do currículo no Brasil, apresentando algumas tendências que foram apropriadas pelo sistema educacional do país. Em seguida, faremos uma apresentação das Propostas Curriculares utilizadas como objeto dessa pesquisa, das quais foram extraídos pontos que nos permite um detalhamento mais aprofundado.

Quanto ao campo do currículo no Brasil, algumas teorias curriculares foram utilizadas e apropriadas pelo sistema educacional brasileiro:

[...] as origens do pensamento curricular podem ser localizados nos anos vinte e trinta, quando importantes transformações econômicas, sociais e culturais, políticas e ideológicas processaram-se em nosso país (MOREIRA, 1990 p. 81).

Com base nas ideias americanas, os pioneiros da Escola Nova pretendiam superar “[...] as limitações da antiga tradição pedagógica jesuítica e da tradição enciclopédica [...] na educação brasileira [...]” (MOREIRA, 1990, p.82). Tal fato deve-se à inexistência de uma Proposta sistematizada sobre o currículo quando as reformas na educação brasileira estavam sendo organizadas pelos pioneiros, por volta da década de vinte.

O que havia no Brasil, segundo Moreira (1990, p. 85), eram tradições curriculares, as quais resultavam da combinação de “[...] princípios do positivismo de Herbart, de Pestalozzi e dos jesuítas”. Essa influência se refletia na educação elementar quando se acreditava que tudo que fosse relacionado às Artes e às Ciências, poderia ser ensinado na escola, desde que fosse elaborado por meio do método correto, pois na época, priorizavam-se as técnicas.

Nas reformas educacionais da década de vinte, podiam ser encontradas, segundo Moreira (1990, p.84), “[...] sugestões referentes a organização de currículos [...]”. Já na década de trinta, a ideia central do Manifesto dos Pioneiros “diretamente relacionada ao currículo escolar, era que a educação deve ser funcional e ativa e os currículos devem adaptar-se aos interesses naturais dos alunos, que são o eixo da escola e o centro da gravidade do problema da educação” (RICCI, s/ano, p. s/n).

Tanto as reformas, quanto as bases do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e do Programa de Assistência Brasileiro-Americana à Educação Elementar (PABAE) basearam-se nas tendências tecnicistas e progressivistas. O INEP foi basicamente composto pelas ideias derivadas do pensamento de Dewey e Kilpatrick. Enquanto que o PABAE adotou uma postura mais tecnicista (MOREIRA, 1990).

Em 1964, com o Golpe Militar, o cenário educacional brasileiro passou por grandes modificações como reflexo dos acordos feitos com os Estados Unidos. Dessa forma, a tendência tecnicista, passou a prevalecer “[...] em sintonia com o discurso de eficiência e modernização adotado pelos militares” (MOREIRA, 1990, p. 83).

Na década de 80 do século XX, a escola passou a necessitar de um currículo que fosse flexível e que se adequasse à heterogeneidade do público escolar. Mas, desde a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, datada de 1961, foi instituído que o currículo do Ensino Fundamental tivesse duas partes, uma comum e obrigatória e a outra diversificada, podendo ser ou não modificada, adequando-se à realidade dos alunos que nela estão inseridos (BARRETO, 1998).

Segundo Bittencourt (1998, p. 30), os conteúdos apresentados nos currículos “[...] devem estar afinados com a pluralidade dos espaços e tempos socioculturais em que ocorrem a socialização da criança e do adolescente em que se dá o processo de sua formação”. Nesse sentido, tais conteúdos devem estar em sintonia com o contexto social da criança, servindo, assim, também como base para trabalhar em sala de aula as questões sociais vividas pelos próprios alunos. Essas experiências podem facilitar o aprendizado do aluno.

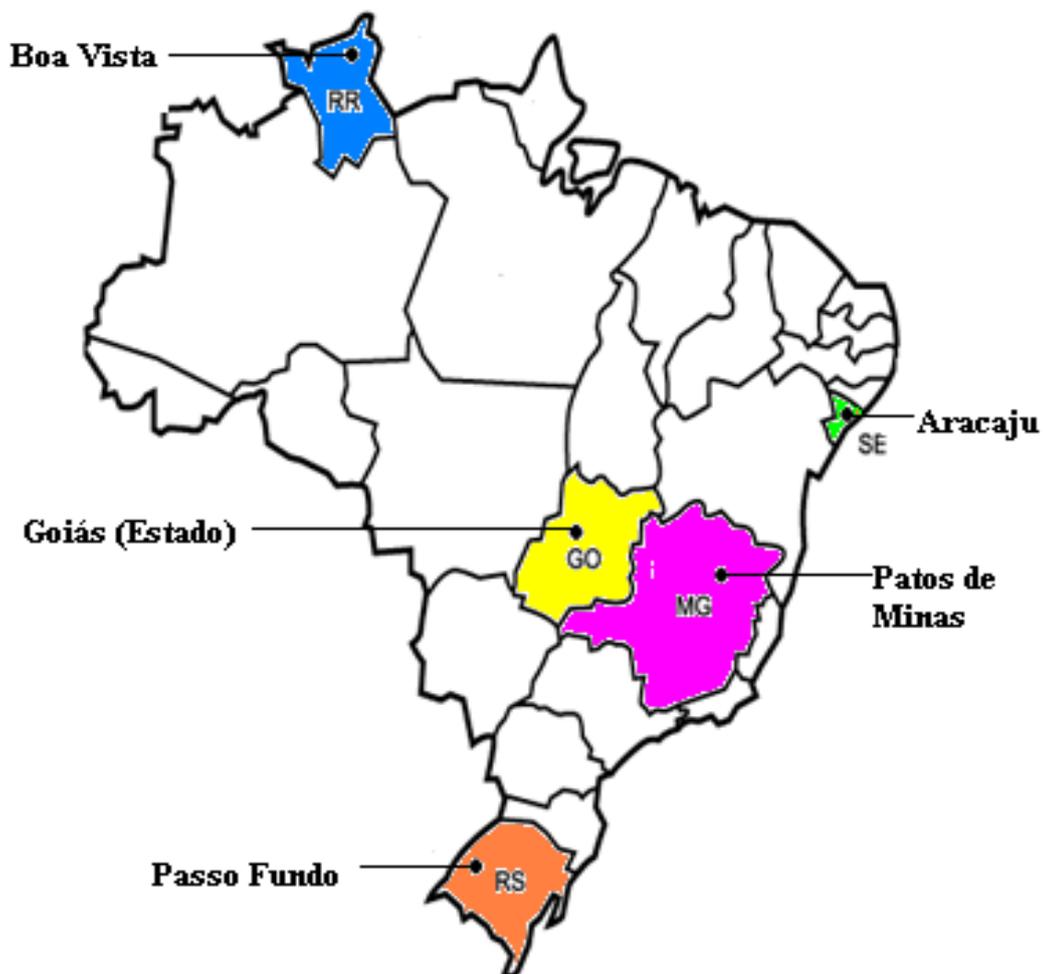
Mesmo com as reformas ocorridas tanto na educação brasileira quanto nas Propostas Curriculares, a autora Elba Siqueira Barretto (1998, p. 11) ressalta que: “algumas propostas continuam em vigência, mediante reedições, contudo, o tratamento dos componentes curriculares propriamente ditos não sofrem alterações significativas”.

Em 1996, como afirma Bittencourt (1998), foi exibida uma versão dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para orientar as quatro primeiras séries do Ensino Fundamental (do 1º ao 5º ano), a fim de responder às novas demandas de qualidade da educação.

1.2- Descrição das propostas curriculares

Todas as Propostas Curriculares descritas a seguir são de cidades e estados brasileiros, representantes das regiões Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país. Elas fazem parte do ensino público oferecido em cada uma dessas localidades.

Figura 1 – Propostas curriculares: situação espacial em termos de Brasil



Fonte: www.smartkids.com.br

Vale ressaltar que não houve nenhum motivo especial para a escolha exata dessas Propostas. De início, encontramos, ao pesquisar nos sites das Secretarias de Educação, nove Propostas Curriculares, mas, por estarem misturadas entre estaduais e municipais, optei por utilizar as municipais que abrangessem do 1º ao 5º ano. As Propostas selecionadas pertencem aos seguintes municípios: Boa Vista, Aracaju, Patos de Minas, Passo Fundo. Apenas uma Proposta refere-se à rede estadual de ensino, a de Goiás, isso porque não foi encontrada nenhuma proposta da região centro-oeste do 1º ao 5º ano e que fosse municipal.

A região Norte possui sete estados (Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Tocantins, Acre e Amapá). Dessa região, o estudo utiliza a Proposta Curricular de Boa Vista, a capital do estado de Roraima e uma das cidades mais populosas do estado. A “Proposta Curricular Municipal de Ensino Fundamental dos Anos Iniciais” da cidade de Boa Vista é datada de 2008 e abrange do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, sendo elaborada, principalmente, por especialistas e mestres como consta na comissão de elaboração do documento. Esse é dividido em duas partes, constando na primeira os fundamentos legais, epistemológicos e teóricos; a organização do currículo escolar; e os fundamentos metodológicos. Na segunda parte, são apresentados os componentes curriculares.

Da região Nordeste do Brasil, a qual possui nove estados (Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe), escolhemos a Proposta Curricular Municipal de Aracaju, capital do estado de Sergipe. Essa Proposta está datada de 2009. Foi elaborada com a contribuição de vários professores da rede municipal de ensino de Aracaju e está basicamente dividida em duas partes, a Introdução e o Ementário (pelo que consta no documento, são as ementas das disciplinas ministradas pelas escolas municipais de Aracaju).

Da região Sudeste, que possui quatro estados (Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro), foi utilizada a Proposta de Patos de Minas, uma das cidades do estado de Minas Gerais. A Proposta Curricular de Patos de Minas é de 2005/2008, sendo elaborada por educadores do Centro de Estudos Continuados e está organizada em quatro volumes.

O primeiro volume apresenta os pressupostos teóricos que fundamentam a elaboração do documento. O segundo volume contém a proposta curricular para a Educação Infantil. No terceiro, é apresentada a proposta curricular para o Ensino Fundamental. No quarto volume consta a proposta para o Projeto Acertando o Passo e Educação de Jovens e Adultos. (PATOS DE MINAS, 2005/2008, p. 5)

O primeiro volume do documento trata dos princípios de convivência, da gestão, da metodologia e avaliação do ensino, e o terceiro volume está relacionado às Propostas Curriculares para o Ensino Fundamental por disciplinas a serem ensinadas, como: História, Matemática, Português e outras contidas no documento.

Da região Sul do país, a qual possui três estados (Paraná, Curitiba e Rio Grande do Sul), a Proposta Curricular a ser utilizada, representando essa região, é o currículo intitulado “Referencial Curricular do Ensino Fundamental” de Passo Fundo, uma cidade que está localizada no estado do Rio Grande do Sul (PASSO FUNDO, 2008). O documento foi elaborado pela Coordenadoria Municipal de Educação dessa cidade, no ano de 2008 após vários encontros e estudos com vários professores do município. O texto abrange as séries iniciais e as séries finais do Ensino Fundamental. Todavia, utilizaremos a parte que é do nosso interesse: do 1º ao 5º ano.

Da região Centro-Oeste do Brasil, constituída por três estados (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás), será empregada em nossa pesquisa a “Reorientação Curricular do 1º ao 5º ano” do caderno “Currículo em Debate 5”, de 2007, tendo em vista que as Propostas Curriculares de Goiás são divididas em cinco cadernos. A justificativa dessa ser a única Proposta estadual utilizada é que, nos sites das Secretarias de Educação, nenhuma Proposta Curricular das séries iniciais do Ensino Fundamental pertencente à rede municipal da respectiva região estava disponível. Por isso, optamos por utilizar uma Proposta estadual, a fim de não comprometermos nosso estudo.

No detalhar das Propostas Curriculares de Boa Vista, de Aracaju, de Goiás, de Patos de Minas e a de Passo Fundo, as quais são os objetos dessa pesquisa, optamos por extrair dessas alguns pontos para que conheçamos o que permeia cada Proposta. Também é nossa pretensão abrir espaço para algumas observações acerca do que é trabalhado nos currículos dessas cidades e estado. Os pontos que observaremos nas Propostas já mencionadas são: “Constituintes do currículo”, “O que as crianças devem ser”, “O que ensinar”, “Como ensinar”, “Aprender” e “Avaliar”.

Inicialmente, tratando do ponto, “Constituintes do Currículo”, podemos perceber diferenças entre as Propostas. A divergência está na estrutura dessas, os elementos constituintes as tornam diferentes umas das outras.

Na Proposta de Boa Vista, por exemplo, são tratados os fundamentos, a organização e os componentes do currículo. A de Aracaju discute as bases legais da Proposta, a questão da avaliação e as disciplinas que são ensinadas nas escolas. A do estado de Goiás está mais relacionada à matriz de habilidades para o ensino por disciplinas a serem trabalhadas em sala

de aula. Na Proposta de Patos de Minas, são apresentados os constituintes do currículo, os princípios de convivência, a aquisição de competências, a gestão a metodologia e a avaliação. E na de Passo Fundo, fazem parte do currículo os pressupostos teóricos e os anos que são trabalhados pela escola. Assim, no que tange a esse ponto, as Propostas são absolutamente diferentes, pois, a disposição dos constituintes não apresenta a mesma estrutura.

Em relação ao ponto “O que as crianças devem ser”, num contexto geral, todas as Propostas Curriculares citadas acima pretendem que seus alunos sejam cidadãos. A de Aracaju é organizada com o propósito de que a educação esteja voltada para a construção da cidadania do aluno. Nesse sentido, consideramos que as orientações dessa Proposta são para formar cidadãos, com ênfase na igualdade de direitos. A de Boa Vista está mais relacionada à participação, a de Patos de Minas diz respeito à formação de consciência e a de Passo Fundo, ao exercício da cidadania. Mas todas apresentam um tema em comum: a cidadania.

No que se refere a “O que ensinar”, foi constatado que há similaridades entre todas as Propostas. São semelhantes, na maioria delas, o ensino da Língua Portuguesa, Matemática, Ciências (em Boa Vista e Passo Fundo denomina-se Ciências Naturais), História (exceto em Aracaju, única a se referir a História e Geografia como Estudos Sociais), Ensino Religioso (existente apenas em Goiás e Passo Fundo), Língua Estrangeira (somente em Goiás e Passo Fundo), Artes e Educação Física (disciplinas ausentes na Proposta de Aracaju). Em alguns currículos também foi acrescentado o ensino do Edufarural (Educação Familiar Rural¹) e Filosofia (em Passo Fundo).

O que muda em cada Proposta é como esse ensino é denominado. Em Boa Vista, é tratado por componentes curriculares; em Aracaju, é por “Ementário”; na de Goiás, por competências; e em Passo Fundo, é dividido por áreas, a Sócio-Linguística, a Sócio-Histórica e a Científica, e dentro de cada área são distribuídas as disciplinas.

Concernente a “Como ensinar”, os Currículos se diferenciam. No de Boa vista, o professor pode utilizar a brincadeira como ferramenta de ensino; no de Patos de Minas, o aluno deve ser colocado diante de situações que exijam a tomada de decisão; e no de Passo Fundo, o professor é livre para usar sua metodologia desde que respeite o contexto escolar e a faixa etária do educando. Na Proposta de Aracaju, trabalham-se os conhecimentos prévios dos alunos, para que, gradativamente, ele conheça novos conceitos, isso dentro das disciplinas.

¹ Esse consiste em “[...] um projeto desenvolvido nas escolas municipais rurais de Patos de Minas, que procura viabilizar práticas educacionais condizentes à realidade das famílias camponesas.” (PATOS DE MINAS, 2005/2008, p. 307).

Nesse sentido, são várias as metodologias utilizadas pelas Propostas. Em uma, a valorização do brincar, que faz parte do “ser criança”, e sua utilização no ensino, ajudarão a despertar o interesse da criança pelo aprendizado, ideia defendida pelo construtivismo. O incentivo às tomadas de decisões fará com que o aluno se habitue a tomar suas próprias decisões e a ser independente, ou seja, ele será levado a resolver seus próprios problemas quando estiver sujeito a eles.

O “Aprender” só é mencionado em três das Propostas Curriculares: na de Patos de Minas, na de Passo Fundo e na de Aracaju. Na primeira, o aprendizado está relacionado à interpretação, à assimilação de informações para a tomada de decisões autônomas. Já na segunda proposta, para ocorrer o aprendizado, é necessário que o educando deseje aprender, é preciso que ele sinta a necessidade. Na terceira, consta que não é suficiente, para o aprendizado da criança, apenas assimilar os conhecimentos como “*habitus*”, mas utilizá-los quando necessário.

Essas três Propostas se divergem quanto à forma de aprendizagem dos alunos. Tal fato nos leva a refletir que o ensino deve estar voltado aos interesses do aluno, para que esse tenha vontade de aprender os conteúdos ministrados em sala de aula e possa interpretá-los.

No que se refere ao “Avaliar”, a avaliação diagnóstica está presente em três Propostas: na de Aracaju, Patos de Minas e Boa Vista. No currículo de Goiás, a avaliação deve favorecer a tomada de consciência no aluno. Já em Passo Fundo, não é mencionado como avaliar a aprendizagem dos alunos. Na Proposta de Boa Vista, são acrescentadas a avaliação contínua e a avaliação sistemática, e na Proposta de Patos de Minas, a avaliação formativa e a somática. Nesse caso, a avaliação deve ser iniciada pelo conhecer os alunos, suas dificuldades, seus interesses, para que a partir de então, uma avaliação contínua aconteça. As avaliações devem passar pelo aspecto qualitativo, visto que a educação é para a cidadania e não apenas quantitativas e medidoras de conhecimento.

Portanto, vale ressaltar que nas Propostas anteriormente descritas, algumas delas apresentam ausência de informações, dificultando seu detalhamento. Porém, é possível perceber que são semelhantes em alguns pontos, como “o que deve ser ensinado”, e “o que as crianças devem ser”, e apresentam diferenças quanto às metodologias de ensino. Todavia, estão, de alguma forma, relacionadas umas às outras.

2- CAPÍTULO II

2.1- Comparação - propostas curriculares x PCN

Iniciamos a comparação das Propostas Curriculares aos PCN, extraindo alguns pontos importantes de cada Proposta. Para isso, levantamos algumas questões: As Propostas se referem ou não aos PCN? Quais são os elementos e como estão dispostos na página? O que é igual ou diferente aos Parâmetros? Em que medida cumpre?

Os elementos a serem comparados, para que inicialmente tenhamos uma primeira análise, são os constituintes do currículo: objetivos, conteúdos, avaliação, e orientações didáticas. Tais elementos formam a arquitetura da informação.

No que tange à primeira questão, podemos ressaltar que a Proposta estadual de Goiás, como consta no currículo, foi fundamentada nos PCN, os quais também são citados ao se referir aos conteúdos e aos eixos temáticos. Nessa Proposta, podemos perceber que a disposição estrutural não é a mesma dos PCN. Todavia, alguns desses elementos, não seguindo a hierarquia, se encontram de forma implícita com nomes diferentes. Na organização teórica metodológica, o objetivo não está como título, mas aparece emaranhado no meio dos textos. Sobre a avaliação, o ponto que trata sobre ela é intitulado “Sistema de avaliação da aprendizagem e o processo de educação continuada”. Os conteúdos aparecem de forma superficial, divididos por ano (série que a criança está cursando), nos quadros existentes no final da Proposta.

No Currículo de Aracaju, há referência aos PCN quando são anunciados os documentos que serviram como base teórica. Os elementos dessa Proposta não condizem com a arquitetura da informação dos PCN, embora apresente a seguinte disposição: Pressupostos Teóricos metodológicos; Representações de alunos, professores e especialistas da rede Municipal sobre a prática pedagógica; Áreas e Conteúdos Essenciais. Em tal Proposta, constam apenas os conteúdos, expostos por áreas de conhecimento.

A Proposta Curricular de Passo Fundo faz referência aos Parâmetros Curriculares Nacionais ao tratar da base utilizada pela Proposta: os objetivos do Ensino Fundamental. Sendo assim, o documento foi pouco citado pela Proposta. A organização desse currículo, expressa na arquitetura de informação, apresenta a seguinte disposição na página do sumário: Organização de desenvolvimento do currículo: Pressupostos teóricos; Proposta Curricular; Anos Iniciais; Anos Finais.

Na Proposta de Passo Fundo, os objetivos e os conteúdos a serem trabalhados estão expressos de forma subjetiva. O Currículo de Patos de Minas, em seu volume um, não faz menção aos PCN quando trata dos Pressupostos Teóricos da Proposta. Mas no volume 3 - Ensino Fundamental, o faz quando retrata sobre alguns assuntos, como: a disciplina História e seu duplo papel no currículo, a disciplina como significativa, a influência dos Estados Unidos internacionalmente e na justificativa sobre o eixo temático utilizado.

A Proposta Curricular Municipal de Boa Vista, refere-se aos PCN de forma bem resumida e, na introdução da Proposta, quando ela aborda sobre os temas transversais, as orientações didáticas não são como nos PCN.

Portanto, vale ressaltar que, quanto à menção aos PCN, as Propostas ora se referem excessivamente, nos fazendo pensar em cópias, ora mascaram a referência ao citar apenas um trecho do documento. Comparando a arquitetura de informação das Propostas Curriculares estaduais e municipais selecionadas para essa pesquisa com a arquitetura dos Parâmetros Curriculares Nacionais, podemos perceber que nenhuma das Propostas apresenta a mesma organização dos PCN. Os elementos das Propostas aparecem de forma implícita, não sendo possível encontrá-los apenas pela arquitetura de informação. Tais Propostas assemelham-se ao documento justamente por conter alguns elementos em comum.

2.2- Comparação - propostas curriculares x PCN: objetivos, conteúdos, avaliação e orientações didáticas

A intenção de realizar a comparação das Propostas Curriculares das redes municipais e estaduais brasileiras com os Parâmetros Curriculares Nacionais é para atender ao objetivo principal desse trabalho: investigar se e como as Propostas se apropriam dos PCN - documento de orientação curricular. Para isso, é necessário selecionarmos os elementos de comparação, tornando o entendimento fácil e organizado.

Os Parâmetros possuem uma estrutura que aponta o que deve ser levado em consideração e utilizado ao se elaborar uma proposta curricular para as séries iniciais do Ensino Fundamental. Estes elementos são os mesmos expressos na arquitetura da informação extraída dos parâmetros. São estes: Objetivos, Conteúdos, Avaliação e as Orientações didáticas. Os mesmos serão relacionados com os pontos, “o que as crianças devem ser”, “o

que ensinar”, “como ensinar”, “aprender” e “avaliar”, todos retirados das Propostas selecionadas representativas das cinco regiões do Brasil. Da região Norte, a Proposta de Boa Vista; da região Nordeste, a de Aracaju; da região Sul, a Proposta de Passo Fundo; da região Sudeste, a de Patos de Minas; e da região Centro-Oeste, a Proposta do estado de Goiás.

No que tange aos objetivos dos PCN, esses serão relacionados ao ponto “o que as crianças devem ser”, retirado das Propostas. Segundo o documento:

Os objetivos constituem o ponto de partida para se refletir sobre qual é a formação que se pretende que os alunos obtenham, que a escola deseja proporcionar e tem possibilidades de realizar, sendo, nesse sentido, pontos de referência que devem orientar a atuação educativa em todas as áreas, ao longo da escolaridade obrigatória.” (BRASIL: Introdução, 1997, p. 49)

Dessa forma, o objetivo dos Parâmetros é formar cidadãos que sejam autônomos, participativos e críticos. A Proposta Curricular de Boa Vista pretende formar um cidadão, assim como sugere o documento, devendo ser ético e participativo. A Proposta de Aracaju volta-se à formação do cidadão, dando ênfase ao cumprimento de seu papel na sociedade. Nessa, consta as ideias dos PCN no que se refere aos objetivos. Já a Proposta do estado de Goiás, indica a formação do aluno voltada para a cidadania e exercício de seus direitos, logo, também pretende formar um cidadão. A Proposta Curricular de Patos de Minas compactua, do mesmo modo, da ideia de formar cidadãos, enfatizando a consciência, as decisões e atuação do sujeito. O Currículo de Passo Fundo se preocupa também com uma educação que desenvolva no educando o exercício de suas responsabilidades sociais, tanto no trabalho quanto na continuação de seus estudos. Portanto, no que se refere aos objetivos, todas as Propostas se utilizam ou comungam das ideias dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Os PCN consideram os conteúdos como o objeto de ensino para o desenvolvimento das capacidades, entendido também como o meio de obtenção dos objetivos. “Neste documento, os conteúdos são abordados em três grandes categorias: conteúdos conceituais, que envolvem fatos e princípios; conteúdos procedimentais e conteúdos atitudinais, que envolvem a abordagem de valores, normas e atitudes.” (BRASIL, 1997, p.51). Os mesmos são trabalhados nas seguintes áreas de conhecimento: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte e Educação Física.

A Proposta de Boa Vista está organizada em blocos de conteúdos, contendo as categorias abordadas nos PCN, são eles: Conteúdos Factuais, Conteúdos Conceituais,

Conteúdos Atitudinais e Conteúdos Procedimentais, sendo acrescentado esse último que não aparece nos PCN. Tais conteúdos estão presentes nos seguintes componentes curriculares da Proposta: Língua Portuguesa, Ciências Naturais, Arte, Educação Física, História, Educação Musical (não consta nos PCN) e Geografia. Nesse sentido, a Proposta Curricular é semelhante ao documento.

Quando analisamos a Proposta da cidade de Aracaju, percebemos que os conteúdos estão articulados à construção de competências, mas não estão classificados em categorias como nos Parâmetros. Eles dividem-se em: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências e Estudos Sociais.

Na Proposta de Passo Fundo consta que,

A referida Secretaria, juntamente com os professores, optou, também, por manter a organização dos objetivos e dos conteúdos de ensino por componente curricular. Incorpora, porém, a cada um deles, a concepção de campos de estudo, conforme se evidencia nos PCN. (PASSO FUNDO, 2008, p. 19)

Nesse currículo, os conteúdos dos anos iniciais são divididos por áreas e não por categorias como nos Parâmetros Curriculares Nacionais. São essas as áreas e suas subdivisões, a Sócio-Linguística, trabalhando a Arte; a Educação Física; a Língua Estrangeira Moderna; a Língua Portuguesa; a área Sócio-Histórica, trabalhando o Ensino Religioso; a Filosofia; a História e Geografia; e a área Científica, trabalhando as Ciências naturais; e a Matemática. Vale ressaltar que o Ensino Religioso e a Filosofia não constam na edição dos PCN utilizados para a pesquisa. Essa Proposta não difere muito dos Parâmetros, apenas utiliza algumas disciplinas a mais das que são citadas no documento e não apresenta as categorias dos conteúdos.

Quanto à Proposta Curricular de Patos de Minas, não há referências sobre os conteúdos, distanciando-se das orientações das políticas federais. Não consta se a divisão das disciplinas é por áreas, por temas ou qualquer outra nomenclatura. Mas é apresentado na Proposta o que é ensinado no Ensino Fundamental: Arte, Ciências, Educação em valores humanos, Educação Física, Ensino religioso, Geografia, História, Língua Inglesa, Língua Portuguesa, Matemática e o projeto Edufarural (Educação Familiar Rural). No caso dessa Proposta, são acrescentados o ensino religioso, a Educação em valores humanos e o projeto, os quais não constam como “sugestão” do PCN.

Quando analisamos o currículo do Estado de Goiás, percebemos que os conteúdos não são tratados como nos Parâmetros. Aqueles, conforme a Proposta, são formativos e estruturados em conjuntos por eixos e áreas do conhecimento, sendo ensinadas as seguintes disciplinas: Artes, Ciências, Educação Física, Ensino Religioso, Geografia, História, Língua Estrangeira, Língua Portuguesa e a Matemática. Semelhante à Proposta Curricular anterior, há ausência de categorias relacionadas aos conteúdos, como é mostrado no documento oficial.

Ao tratar da questão da avaliação, os Parâmetros, inicialmente, ressaltam que ela “[...] acontece contínua e sistematicamente por meio da interpretação qualitativa do conhecimento construído pelo aluno.” (BASIL, 2007, p. 55). Dessa maneira, o documento valoriza e defende a avaliação do tipo Diagnóstica, a qual permite um conhecimento dos alunos por parte do professor. Outro tipo de avaliação citada pelos Parâmetros é a Avaliação Contínua. Essa permite ao professor acompanhar o educando e detectar se ele aprendeu ou não.

A Proposta de Boa Vista sugere três tipos de avaliação a serem trabalhadas em sala de aula: a Avaliação Diagnóstica, a Avaliação Contínua e a Avaliação Sistemática. Essa última não consta nos Parâmetros, embora tenha o objetivo de medir a dimensão da facilidade e dificuldade que o aluno sente, sendo um tipo de análise da situação escolar da criança.

Na Proposta de Aracaju também consta a avaliação Diagnóstica. A proposta de Passo Fundo não menciona a avaliação, distanciando-se, nesse sentido, dos Parâmetros. O currículo da cidade de Patos de Minas apresenta as avaliações sugeridas pelos Parâmetros: a Avaliação Diagnóstica Inicial e Formativa, com exceção da Avaliação Somativa. Ainda são mostrados na Proposta alguns instrumentos de avaliação: registro do contrato didático², observação do professor, testes e provas desafiadoras, situações-problema desafiadoras, atividades que exigem justificativas, mapeamentos conceituais, atividades com linguagem escrita ou oral, atividades de culminância de uma unidade didática e o portfólio³. A Proposta de Goiás não se refere a um tipo de avaliação, mas ressalta que essa deve favorecer a tomada de consciência e a aprendizagem dos educandos. Assim, quanto à avaliação as propostas de Boa Vista, Aracaju e Patos de Minas se aproximam dos PCN.

² “texto no qual se registram as negociações entre professor e alunos, indicando competências e habilidades a serem atingidas, conteúdos a serem estudados, tarefas a serem realizadas, responsabilidades a serem cumpridas. O contrato didático também pode conter acordos sobre organização, comportamentos e atitudes, tempos e outros aspectos importantes para realização do trabalho. Na avaliação é feita a análise do cumprimento desses acordos e são tomadas decisões sobre as ações necessárias a fim de corrigir erros e melhorar o rendimento” (PATOS DE MINAS, 2005/2008, p. 31).

³ “Trata-se de uma coleção de trabalhos realizados pelos alunos no decorrer de uma unidade didática, que evidencie entre outros aspectos, habilidades, criatividade, interesses, esforços, pontos fortes e vulneráveis” (PATOS DE MINAS, 2005/2008, p. 32).

Em relação às orientações didáticas, essas se referem a como ensinar aos alunos e o que se deve aprender.

Cada aluno é sujeito de seu processo de aprendizagem, enquanto o professor é o mediador na interação dos alunos com os objetos de conhecimento; o processo de aprendizagem compreende também a interação dos alunos entre si, essencial à socialização. Assim sendo, as orientações didáticas apresentadas enfocam fundamentalmente a intervenção do professor na criação de situações de aprendizagem coerentes com essa concepção. (BRASIL, 1997, p. 61)

Nesse sentido, segundo os PCN de introdução, o professor deve levar em consideração a cultura e a história do educando, dando atenção aos alunos que apresentarem maiores dificuldades, incentivando a criação e a aprendizagem das crianças. A autonomia é algo mencionado para o ensino, a diversidade entre os alunos deve ser entendida e trabalhada para garantir o processo de ensino-aprendizagem. A interação e a cooperação também são pontos das orientações didáticas e, por isso, devem ser levados em consideração e inseridos no ato da elaboração das Propostas Curriculares. Sendo assim,

[...] a comunicação propiciada nas atividades em grupo levará os alunos a perceberem a necessidade de dialogar, resolver mal-entendidos, ressaltar diferenças e semelhanças, explicar e exemplificar, apropriando-se de conhecimentos (BRASIL, 1997, p. 64).

Segundo os Parâmetros, para que haja aprendizado é necessário que o aluno seja motivado e tenha a vontade de aprender e que ele seja também incentivado a resolver problemas, estabelecer relações, principalmente com o que ele já sabe, conhecimento esse adquirido por suas próprias experiências do dia a dia. Se o professor não tornar o ambiente favorável ao aluno, logo, ele não se interessará, ocasionando, “comportamentos problemáticos e de indisciplina”, como consta nos PCN (BRASIL, 1997, p. 66). A organização do tempo e do espaço também é relevante para a aprendizagem, pois ajudam a desenvolver a autonomia do aluno. Quanto à seleção de materiais,

[...] O livro didático é um material de forte influência na prática de ensino brasileira [...] é importante considerar que o livro didático não deve ser o único material a ser

utilizado, pois a variedade de fontes de informação é que contribuirá para o aluno ter uma visão ampla do conhecimento. (BRASIL, 1997, p. 104).

Vimos que na Proposta de Boa Vista foram inseridas as orientações curriculares, as quais estão relacionadas aos temas transversais. Sobre o ensino, é mencionada a importância de o educador transformar situações cotidianas dos educandos em brincadeiras, utilizando o tema que está sendo desenvolvido em sala de aula. O Currículo de Aracaju não mostra nenhum ponto acerca de orientações didáticas, nem do ensino e aprendizagem das crianças.

A Proposta de Passo Fundo deixa bem claro que é de responsabilidade do professor escolher a metodologia que irá trabalhar para atingir os objetivos. Quanto à aprendizagem dos alunos, é necessário que haja o desejo e o querer aprender. Essa parte tem relação com os PCN no que concerne ao próprio educando querer aprender. Na Proposta Curricular de Patos de Minas há também uma relação com os Parâmetros no que se refere ao favorecimento da autonomia do discente, pois são sugeridas situações de escolha e problemas para que eles possam resolver com autonomia. A aprendizagem desses deve ser voltada, portanto, para a tomada de decisão e aquisição de competências. Para a Proposta de Goiás,

[...] o ensino é entendido como um processo que requer uma ação intencional do educador, para que ocorram a promoção da aprendizagem, a construção/reconstrução do conhecimento e a apropriação crítica da cultura elaborada, considerando a necessidade de padrões de qualidades e de princípios éticos. (GOIÁS, 2007, p. 7)

Dessa forma, para que aconteça o processo de ensino, é necessária uma intenção por parte do professor, a qual conduzirá ao aprendizado, tornando visível a eficácia do processo. Espera-se sempre um ensino de qualidade que atenda aos interesses exigidos pela sociedade.

No quadro abaixo, explicitamos os elementos constituintes dos PCN, comparando os que estão presentes nas Propostas Curriculares, as quais são citadas através de siglas: BV- Boa Vista, AR- Aracaju, PF- Passo Fundo, PM- Patos de Minas e GO- Goiás. Vale ressaltar também que o “X” representa o elemento apropriado pelas Propostas e o hífen significa a sua ausência.

Quadro n.1 – Apropriação dos elementos constituintes dos PCN.

PCN	BV	AR	PF	PM	GO
OBJETIVOS					
Cidadãos	X	X	X	X	X
Autônomos	-	-	-	-	-
Participativos	X	-	-	-	-
Críticos	X	-	-	-	X
CONTEÚDOS/CATEGORIAS					
Conceituais	X	-	-	-	-
Procedimentais	X	-	-	-	-
Atitudinais	-	-	-	-	-
CONTEÚDOS / ÁREAS DE CONHECIMENTO					
Língua Portuguesa	X	X	X	X	X
Matemática	X	X	X	X	X
Ciências Naturais	X	X	X	X	X
História	X	X	X	X	X
Geografia	X	X	X	X	X
Arte	X	-	X	X	X
Educação Física	X	-	X	X	X
AVALIAÇÃO					
Diagnóstica	X	X	-	X	-
Contínua	X	-	-	-	-
ORIENTAÇÕES DIDÁTICAS					
Ensino para a autonomia	-	X	-	X	-
Interação e cooperação	-	-	-	-	-
Organização de tempo	-	-	-	-	-
Organização do espaço	-	-	-	-	-
Motivação	-	-	X	-	-

Fonte: PCN e Propostas curriculares

Finalmente, após a comparação, cabe, de maneira clara e objetiva, mostrar o que percebemos acerca dos objetivos, conteúdos, avaliação e orientações didáticas expressas nos

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais –, relacionando-os às Propostas Curriculares tidas como objeto de nossa pesquisa.

No que tange aos objetivos, todas as Propostas se apropriam da ideia de formar cidadão. Quanto aos conteúdos, das várias cidades e estado do país, pudemos constatar que, nesse sentido, a Proposta que mais se apropria dos Parâmetros é a de Boa Vista.

Referente às avaliações, as Propostas de Boa Vista, de Aracaju e a de Patos de Minas foram as que mais se aproximaram, utilizando as avaliações do tipo Diagnóstica. E a Contínua consta somente na de Boa Vista. E sobre as orientações didáticas, verificamos que algumas Propostas se apropriam das orientações acerca do ensino e da aprendizagem contidas nos Parâmetros, por exemplo, os Currículos de Passo Fundo e de Boa Vista, embora tenham sua relação de forma implícita. No quadro acima, percebemos que “nenhuma” Proposta apresenta-se como cópia dos PCN, apenas em alguns pontos são mais condizentes aos Parâmetros.

4- CONCLUSÕES

Após a análise das Propostas Curriculares para séries iniciais do Ensino Fundamental, no que se refere à relação existente entre as Propostas e os Parâmetros Curriculares Nacionais, chegamos a várias conclusões, mencionadas a seguir.

Quanto aos elementos constituintes das Propostas e aos constituintes presentes nos PCN, percebemos que nenhuma daquelas apresentam a mesma estrutura do referido documento. Mas, de forma implícita, alguns elementos aparecem nos currículos. Os pontos utilizados para a análise mais aprofundada foram: os objetivos, os conteúdos, a avaliação e as orientações didáticas.

Tais pontos nos permitem mostrar os resultados dessa pesquisa, comprovando que as Propostas Curriculares do 1º ao 5º ano, utilizadas durante o estudo (a de Boa Vista, a de Passo Fundo, a de Aracaju, a de Patos de Minas e a de Goiás), se apropriam dos PCN. Algumas de maneira bem visível, devido à quantidade de pontos em comum com a política federal, e outras, de maneira fragilizada e superficial. Todavia, nenhuma delas é totalmente igual ou totalmente diferente das ideias contidas nos PCN.

Os conteúdos são, em sua grande maioria, apropriados pelos currículos. No que se refere à finalidade do ensino, as Propostas municipais e estadual também se apropriam dos PCN. Todas apresentam uma preocupação em construir um sujeito, ou seja, formar cidadãos. As Propostas com maior ênfase no cumprimento do papel de cidadão, no desenvolvimento da criatividade dos alunos, na preocupação e a interação com o meio social ao qual ele pertence, têm como tema a cidadania.

No sentido de aproximação das sugestões dos PCN, podemos mencionar que das Propostas selecionadas e analisadas, a de Boa Vista, representativa da região Norte, é a que apresenta maior quantidade de pontos em comum com os Parâmetros. Os currículos de Aracaju, de Patos de Minas, de Passo Fundo e de Goiás apresentam menor número elementos (objetivos, conteúdos, avaliação e orientações didáticas) compatíveis com o documento oficial, além da ausência de algumas informações, dificultando a análise.

Por fim, podemos salientar que a relação entre as Propostas Curriculares analisadas e os PCN não é de integral submissão. Pois, quando realizamos as comparações, percebemos que há a apropriação de ideias, mas não em quantidade suficientes de pontos em comum para que possa ser confirmada. As Propostas Curriculares, portanto, se apropriam de grande parte

dos elementos dos PCN por um motivo compreensível: os próprios PCN são estruturados segundo a legislação federal- a Constituição e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Dessa forma, reconhecemos que apenas essa pesquisa não oferece uma visão geral do currículo das escolas públicas das redes estaduais e municipais do país. Por outro lado, ela pode contribuir como subsídio e motivação, despertando o interesse de graduandos, profissionais e todos aqueles que demonstram uma preocupação com a construção dos currículos e o papel dessa atividade na melhoria da qualidade do ensino.

REFERÊNCIAS

ARACAJU, Secretaria Municipal da Educação. **Programas de Conteúdos e Ementário, para o primeiro segmento do Ensino Fundamental**. Aracaju: SEMED, 2008.

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá (org.). **Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras**. Campinas, SP: Autores Associados: São Paulo: Fundação Carlos Chagas. 1998 (Coleção formações de professores).

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e conteúdos**. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção docência em formação. Série ensino fundamental/ coordenação Antônio Joaquim Severino, Selma Garrido Pimenta).

_____. Propostas curriculares de História: continuidades e transformações. In: BARRETO, Elba Siqueira de Sá (org.). **Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Campinas: Editora Associados, 1998. pp. 127-161.

BOA VISTA. **Proposta curricular: Ensino Fundamental dos Anos Iniciais**. Boa Vista-Roraima: Prefeitura Municipal de Boa Vista/ Secretaria de Educação e Cultura, 2008. (Versão preliminar). Disponível em: <http://www.faculdadeatual.edu.br/prof_andre/conteudos/Pedagogia/p_m.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2010, 17:15.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio Século XXI Escolar: O minidicionário da língua portuguesa**. 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e historia**. Tradução de Atílio Brunetta; revisão da tradução: Hamilton Francischetti; apresentação de Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. (Ciências sociais da educação).

HORNBURG, Nice; SILVA, Rubia. Teorias sobre currículo: Uma análise para compreensão e mudança. **Revista de divulgação técnico-científica do IPCG**, vol.3 n. 10, p. 61-66, jan.-jun./2007. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/520266/TEORIAS-SOBRE-CURRICULO>>. Acessado em: 08 nov. 2010,16: 07.

José Roberto dos Santos. **Usos dos Parâmetros curriculares nacionais nas escolas públicas de Aracaju**. 2006. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Licenciatura Em História) - Universidade Tiradentes. Orientador: Itamar Freitas de Oliveira.

KELLY, Albert Vitor. **O currículo: teoria e prática**. Tradução Jamir Martins; revisão Nélio Parra. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1981.

Mapa do Brasil. Disponível em: <<http://caixa2.com/2009/05/31/mapa-do-brasil-para-colorir/>>. Acesso em: 27 nov. 2010, 16:29.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Currículo, cultura e sociedade**. Tradução de Maria Aparecida Baptista 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 1999.

PASSO FUNDO. **Referencial Curricular do Ensino Fundamental/** coordenação geral Maria Salete Fernandes Telles; organização Adriana Dickel... [et al.]. Passo fundo: Berthier; Prefeitura Municipal de Educação de Passo Fundo, Secretaria Municipal de Educação, 2008. Disponível em: <http://www.pmpf.rs.gov.br/servicos/geral/files/portal/proposta_EF.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2010, 17: 38.

PATOS DE MINAS. **Proposta Curricular: Pressupostos Teóricos vol. 1**. Patos de minas: Secretaria Municipal de Patos de Minas /Secretaria Municipal de educação, 2005/ 2008. Disponível em: <http://www.patosdeminas.mg.gov.br/downloads/proposta_curricular/PROPOSTA%20CURRICULAR%20vol%201%20-%20Pressupostos%20Teoricos.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2010, 17:09.

_____. **Proposta Curricular: Ensino Fundamental vol. 3**. Patos de minas: Secretaria Municipal de Patos de Minas /Secretaria Municipal de educação, 2005/ 2008. Disponível em: <http://www.patosdeminas.mg.gov.br/downloads/proposta_curricular/PROPOSTA%20CURRICULAR%20vol%203%20-%20Ensino%20Fundamental.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2010, 17:24.

POWERS, Margaret Fishback. **Pegadas na Areia**. Disponível em: <http://www.iqc.pt/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=725> Acesso em: 8 de dezembro de 2010 às 02:37.

Reorientação curricular do 1º ao 9º ano - Currículo em debate: Expectativas de aprendizagem - convite à reflexão e à ação. Goiânia/ Goiás: Secretaria do Estado da Educação, 2007. vol. 5. (Versão preliminar). Disponível em: <<http://www.educacao.go.gov.br/educacao/especiais/curriculoemdebate/caderno5.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2010, 17:30.

RICCI, Cláudia Sapag. Currículo: considerações históricas. **Centro de Referência Virtual do professor**. Minas Gerais. Disponível em: <http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv>. Acesso em: 01 dezembro 2010, 18:14.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.